

23º CONGRESSO DO ANDES-SN: EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O 23º Congresso do ANDES-SN realizou-se em Salvador, Bahia, do dia 4 ao dia 9 de março de 2004. A solenidade de abertura do Congresso, na noite do dia 04/03, contou com a participação de 14 entidades sindicais que ressaltaram, em suas falas, a importância da unidade e da organização dos movimentos sociais com vistas à luta contra as reformas neoliberais que o governo federal pretende implantar este ano. Destacou-se, especialmente, a necessidade de barrar a reforma universitária que vem sendo desenhada pelo governo – cujos princípios estão esboçados nos documentos do Grupo Interministerial do Governo Federal – e de construir uma nova proposta de reforma sindical e trabalhista que se oponha à proposta feita pelo Fórum Nacional do Trabalho, considerada lesiva aos interesses dos trabalhadores.

As principais bandeiras de luta e as ações do ANDES-SN para este ano começaram a ser traçadas nos grupos mistos que se reuni-

ram de sexta a domingo. Entre os temas mais polêmicos destacaram-se a questão das cotas nas universidades para as minorias raciais, a relação do ANDES-SN com a CUT e a necessidade da construção de um movimento em defesa da universidade pública, autônoma, gratuita, laica e de qualidade (leia a Carta de Salvador na pag. 2).

Precisamos estar atentos em relação às “novidades” que o governo planeja implantar à revelia do movimento docente. No discurso bastante vago do ministro Tarso Genro, divulgado recentemente na imprensa, anuncia-se o enfrentamento da “crise da universidade” – leia-se, crise de “caixa” – via parcerias público-privado – ou seja, a “estatização” de vagas privadas – promovendo o “aproveitamento da estrutura disponível e o aumento do número de ingressantes”. O ministro vem falando ainda em “desdepartamentalização” para promover uma “integração maior de pesquisas”.

CICLO DE DEBATES Reforma ou demolição? O que está em jogo?

12 HORAS - AUDITÓRIO DA ADUNICAMP

Programação para Março:

18/3 – O Rapto das Sabinas
Francisco de Oliveira (USP)

25/3 – A autonomia Universitária e o Movimento Docente
Arley Ramos Moreno (UNICAMP)
Francisco Miraglia (USP)

31/3 – A Universidade Pública em tempos de neoliberalismo à moda do governo Lula
João dos Reis Silva Jr (Univ. Sorocaba)
Roberto Leher (UERJ)

A programação completa está no endereço:
www.adunicamp.org.br

Ato Público: 40 ANOS DO GOLPE MILITAR

Dia 1º de abril - 12 horas
Auditório Camargo Guarnieri (USP)

Promoção: Fórum das Seis
(transporte disponível na
Adunicamp - inscreva-se)

✓ **Leia texto do professor
Caio Navarro de Toledo
na pag. 4**

CARTA DE SALVADOR

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN reuniu-se em Salvador, de 4 a 10 de março de 2004, em circunstâncias dramáticas da vida nacional.

Os três pilares em que se apoiou o movimento docente, nas últimas décadas, por um Brasil justo, solidário e independente – a construção do movimento sindical classista, a luta dos sem-terra pela Reforma Agrária, e da universidade e do ensino públicos – encontram-se hoje sob um ataque cerrado, ameaçados de extinção. O principal responsável por esse ataque é um governo que, eleito por uma ampla maioria popular, transformou-se, com rapidez extraordinária, de portador da esperança em agente do medo e da desesperança, pela subserviência crescente aos ditames do capital financeiro e seus organismos internacionais – o FMI, o Banco Mundial, e outros.

O governo Lula da Silva, ao priorizar o cumprimento dos “compromissos financeiros internacionais”, por meio da obtenção de crescentes superávits primários, baseados no arrocho do setor público, como eixo da política econômica, abriu a porta para uma política de destruição sistemática de todas as conquistas sociais da população trabalhadora e das classes oprimidas. Assim, no mesmo ano em que o setor financeiro (bancos e outros) obtiveram lucros recordes, o governo empreendeu uma ofensiva destrutiva contra a previdência social pública e solidária, abrindo o terreno para uma nova fonte de acumulação parasitária de capital. Ao mesmo tempo em que foram concedidas anistias fiscais e benefícios tributários, sem precedentes, ao grande capital, o desemprego atingiu patamares históricos nas grandes capitais, submetendo cada vez mais famílias brasileiras à miséria. Enquanto o grande latifúndio era premiado com maiúsculas garantias e a política internacional voltava-se para a defesa dos interesses do agronegócio, famílias eram despejadas e trabalhadores do campo eram assassinados em dobro, em relação ao último ano do infausto governo FHC.

A reforma sindical e trabalhista com a regulamentação/anulação do direito de greve no setor público, a imposição legal-estatal do desmoralizado projeto do sindicato orgânico e a projetada legalização da precariedade e flexibilização do trabalho como figura dominante da relação laboral constituem hoje a continuidade da lógica da política ensejada em 2003. O objetivo de tais medidas



nada mais é do que pavimentar os caminhos que levam a adesão à ALCA proposta pelo imperialismo norte-americano. Esse acordo, em versão light ou hard, nada mais é que uma política de colonização da América Latina pelos EUA para fortalecer seu alicerce histórico na luta interimperialista, tornada mais aguda pela crise mundial do capital, e para deixar suas costas protegidas no momento de impor a “ferro e fogo” a lei dos monopólios no Oriente Médio, no Iraque, na Ásia Central, na África, e em todas as regiões e nações oprimidas.

Não é de surpreender que esse governo, no seu intuito de tornar-se sócio menor, mas privilegiado, do capital financeiro internacional, venha representando o papel de bombeiro da rebelião popular na América Latina, em especial nas suas “missões” à Venezuela e à Bolívia ou que agora aprofunde esse papel, enviando soldados brasileiros ao Haiti, onde serão forçados a atuar como agentes da “pax americana” no Caribe, do mesmo modo que o fazem os cúmplices voluntários dos EUA na ocupação militar do Iraque, onde enfrentam uma brava resistência popular.

O governo Lula, em toda a sua política interna e externa, social, econômica e educacional, pauta-se, lamentavelmente, pelo atendimento dos interesses do grande capital mundial e de seus ali-

ados locais. Com relação à educação superior, repete o mesmo cenário demagógico das políticas sociais “focalizadas”, que eliminam até a noção do direito universal, base da democracia política. Com efeito, procura usar a histórica opressão de negros, índios, e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado (um dos maiores do mundo), por meio de reserva de vagas pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que arrocha a universidade pública e submete à miséria salarial os seus professores e funcionários, assim como o restante do funcionalismo público, tudo sob a cobertura de uma suposta “reforma universitária” e de uma mais suposta ainda “universidade para todos”.

Com base nas reivindicações dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores da educação, dizemos chega! Chega de pagamento da dívida externa! Chega de anistia tributária para o grande capital! Chega de perdão aos grandes sonegadores! Chega de renúncia fiscal para capitalistas e pilântropos!

A esperança pode vencer o medo sim, mas se for baseada na luta. Na luta dos sem-terra por reforma agrária e pelo fim do latifúndio; na luta

dos trabalhadores pelo emprego, pelo salário e pelas condições dignas de trabalho; na luta por um sindicalismo classista, democrático, autônomo e independente; na luta por um regime previdenciário e de seguridade social, público e solidário que atenda dignamente a todos os que passaram suas vidas construindo com seu trabalho um Brasil melhor; na luta de todo o povo contra a ALCA, contra o FMI e demais organismos do grande capital internacional; e ainda na luta de professores, funcionários, negros, índios, jovens, por uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, para todos os que desejem nela ingressar, com vistas a se qualificar para construir um Brasil livre, justo, solidário e dos trabalhadores: um Brasil socialista, numa América Latina igualmente unida e socialista.

Temos todos, professores, estudantes, negros, mulheres, índios, jovens, sem-terra, sem-teto, trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, mais motivos do que nunca para lutar. O ANDES-SN conclama todo o povo brasileiro para essa luta e garante que ocupará, com mais valentia do que nunca, seu lugar na trincheira popular.

A LUTA É PARA VENCER!

Dia Internacional de Luta contra a guerra e contra o imperialismo NÃO À ALCA!

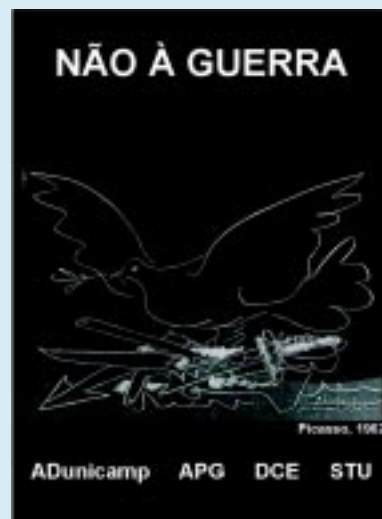
Ato de Protesto

Dia 20 de março

10 horas

Largo do Rosário

PARTICIPE !



40 ANOS DO GOLPE DE ABRIL

Caio Navarro de Toledo*

Há 40 anos – na exata data em que o imaginário popular consagra ao “dia da mentira” – era rompida a legalidade democrática instituída no Brasil com a Carta de 1946.

Felizmente, poucos serão aqueles que, hoje, cometerão o despautério de comemorar este evento. Ao contrário, em vários órgãos públicos, instituições universitárias e entidades culturais do país, palestras e seminários estão sendo promovidos para debater o significado e as conseqüências do movimento político-militar de abril de 1964 na história social e política do Brasil.

Golpe ou revolução? Àqueles que ainda insistem em denominar esse movimento com a noção de “Revolução”, caberia lembrar as palavras de um eminente protagonista dos idos de abril. Num depoimento, em 1981, o ex-ditador Ernesto Geisel declarou: “*o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma idéia, em favor de uma doutrina*”. Para o vitorioso de abril, o movimento se fez *contra* Goulart, *contra* a corrupção, *contra* a subversão. Estritamente falando, afirmou o general, o movimento liderado pelas Forças Armadas não era *a favor* da construção de algo novo no país.

Embora lúcidas – na medida em que rejeitam a noção de Revolução –, as formulações do ex-ditador podem ser objeto de uma contraletura. Assim, com legitimidade teórica, podemos ressignificar todos os *contras* presentes no depoimento do militar. Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores e um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Em síntese, no pré-64, as classes dominantes e seus aparelhos repressivos e ideológicos – diante das legítimas iniciativas e reivindicações dos trabalhadores (no campo e na cidade) e de setores das classes médias –, apenas vislumbravam “crise de autoridade”, “subversão da lei e da ordem”, “quebra da disciplina e da hierarquia” e “comunização” do país. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o *alargamento da democracia política* e a *realização de reformas do capitalismo brasileiro*.

Em toda nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. O fantasma do golpe rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46 e, com maior intensidade, a partir dos anos 60. Pode ser dito que o governo Goulart *nasceu, conviveu e morreu* sob o espectro do golpe de Estado. Em abril de 1964, o golpe – permanentemente reivindicado por setores da sociedade civil – foi, então, definitivamente vitorioso.

O golpe paralisou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais

etc. Nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos.

Se o governo Goulart e as forças progressistas tiveram alguma parcela de responsabilidade pelo agravamento da crise política no pré-64, deve-se, contudo, enfatizar que quem planejou e desencadeou o golpe contra a democracia foram as classes dominantes – apoiadas por setores médios e incentivadas por órgãos governamentais norte-americanos (Embaixada dos EUA, Departamento de Estado, Pentágono e outras agências de segurança) – e facções duras das Forças Armadas brasileiras.

Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas, o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica *Revolução* – com a virtude maior de ter sido um movimento “pacífico”...

Aliviadas por não terem de se envolver militarmente no país, as autoridades norte-americanas congratularam-se com os militares e políticos brasileiros pela “solução” que encontraram na superação da “crise política” vivida pelo país. Uma nova (e grandiosa) Cuba ao sul do Equador, era, assim evitada, avaliara a administração Lyndon Johnson.

O governo Goulart ruiu como um castelo de areia. As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das manifestações e passeatas – lideradas por segmentos das classes médias e financiadas pelo empresariado – que, em algumas capitais do país, pediam a destituição de Goulart. Revelavam, inclusive, certa simpatia pelo governo populista; no entanto, nada fizeram para evitar a sua derrubada em abril de 1964.

As forças políticas que afirmavam representar os trabalhadores e setores populares nenhuma ação significativa desenvolveram para impedir o golpe que há muito tempo se anunciava no horizonte político. Como bem se sabe, o golpe de 1964 não foi um raio em céu azul...

Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Alegando que não queria assistir uma “guerra civil” no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva – de caráter meramente intimidatório – contra os sediciosos que vinham de Minas. Preferiu o exílio político.

No discurso de lideranças de esquerdas, a expressão “*cabeças cortadas*”, dirigida contra os eventuais golpistas, tinha um sentido metafórico; com a ação dos “vencedores de abril”, ela se tornará uma cruel realidade para muitos homens e mulheres durante os 20 anos da ditadura militar.

Em abril, nada há, pois, a comemorar. Pelo contrário, vale sempre lembrar: *Ditadura Nunca Mais!*

* Professor colaborador voluntário do IFCH, Unicamp. Autor, entre outros de, *O governo Goulart e o golpe de 1964*, Editora Brasiliense e *1964: visões críticas do golpe* (org.), Editora Unicamp.